ÁREA: ECONOMIA POLÍTICA, CAPITALISMO E SOCIALISMO
Subárea: Capitalismo Contemporâneo e Socialismo

Socialismo: caminhos mistificados e possibilidades concretas

Marcos Antônio Tavares Soares[1]
Andréa Braz da Costa[2]

> Meu método dialético, por seu fundamento, difere do método hegeliano, sendo a ele inteiramente oposto. Para Hegel, o processo de pensamento, - que ele transforma em sujeito autônomo sob o nome de idéia – é o criador do real, e o real é apenas sua manifestação externa. Para mim, ao contrário, o ideal não é mais do que o material transposto para a cabeça do ser humano e por ela interpretada.
>
> K. Marx

Resumo:
Este artigo tem como objetivo discutir propostas que visam à transformação socialista da sociedade pela via da economia solidária. O argumento é que essas propostas, apesar de bem intencionadas e de representarem alternativas, para a classe trabalhadora, de geração de ocupação e de renda, não encontram no pensamento marxista, nem no seu método de análise do real, sustentação que permita afirmar ser a economia solidária um caminho para o socialismo. Isso se dá, porque se verifica, nas argumentações analisadas, pró-economia solidária, que a base de sustentação da tese realiza-se na esfera da subjetividade, na supremacia do idealismo em detrimento da objetividade, da dinâmica do real. O artigo sugere o resgate do pensamento de Marx e a compreensão (via materialismo histórico e dialético) da dinâmica capitalista, pela lógica mais profunda, da qual a economia solidária é uma manifestação. Ao final da investigação, fechamos o artigo, devolvendo à classe trabalhadora a centralidade do processo revolucionário socialista, sem com isso excluir as classes de transição da revolução.

Palavras chave: socialismo, economia solidária, objetividade.

Abstract:
This present paper aims to discuss proposals for the socialist transformation of society through solidary economy. The argument developed in this paper shows that these proposals, although they are well intentioned and also represent alternatives for the working class of occupation and income generation, do not have any support neither in Marxist thinking nor in its method for real sustentation analysis that allows to affirm to be the solidary economy a way for the socialism. This happens because it is verified in the pro-solidary economy analyzed arguments that the base of the thesis sustentation is in the sphere of subjectivity, idealism supremacy in detriment of objectivity, real dynamics. The

[1] Mestre em Economia pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e professor da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Campus – Vitória da Conquista/BA.
[2] Mestre em Economia pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e professora da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Campus – Vitória da Conquista/BA.

article suggests the rescue of Marx ´s thinking and the understanding (by historical and dialectical materialism) of capitalist dynamics for the deepest logic of which the solidary economy is a manifestation. In the end of the investigation we finish the paper returning to the working class to the centrality of the socialist revolutionary process, without excluding the transition classes of the revolution.

Key words: socialism, solidary economy, objectivity

Introdução

A partir da segunda metade dos anos setenta, observou-se uma expansão quantitativa do número de cooperativas e de empreendimentos classificados como pertencentes à economia solidária. O fator que desencadeia esse fenômeno é a crise estrutural que acomete as economias capitalistas, ou melhor, o sistema capitalista.

A crise do capitalismo, que teve início nos anos da década de 1970, foi reveladora do esgotamento de um regime de acumulação — fordismo-keynesianismo — e impulsionadora de uma "reestruturação produtiva[3]", bem como do desenvolvimento de um outro regime, a acumulação flexível.

Na nova fase de acumulação, identificam-se fatores que levam à expansão, principalmente daquelas atividades classificadas como economia solidária, "nova informalidade[4]", economia dos setores populares, socioeconomia solidária, etc.

Nesse contexto, o desemprego avança e o modelo de Estado — promotor do investimento, do emprego e regulador do consumo em massa — esgota-se. Surgem diversas interpretações da crise e das transformações dela decorrentes. Em um quadro de crescente desemprego da força de trabalho, são sugeridas, como forma para sair da crise, propostas de fundamentação dos mais diversos matizes teóricos. Algumas delas estão associadas a pensadores que buscam a construção do socialismo[5] (é o caso de pensadores brasileiros); outras associam-se àqueles que querem reformar e revitalizar o capitalismo[6].

---

[3] Processo no qual o capital busca o ajuste da taxa de lucro via rearticulação/redefinição do papel do Estado, da empresa — forma de organização da produção e do trabalho —, resgate de formas de trabalho típicas do período de subsunção formal do trabalho ao capital. Dentro desse processo, identificam-se formas de trabalho de caráter autônomo, classificadas hoje como economia solidária, as quais são vistas como elementos emancipatórios.

[4] Atividades informais que surgem articuladas com o capital com o objetivo de reduzir o custo da força de trabalho para a empresa capitalista.

[5] Com base no pensamento de Marx.

[6] Nesse grupo encontram-se os keynesianos, neoclássicos e neoliberais. Devendo salientar que há diferença entre eles no método de revitalização/reforma do capitalismo, mas em essência ambos buscam o mesmo fim.

Nessa investigação, serão discutidas, no item 1, as idéias de Singer (2002) (2000), França Filho (2002), Campregher (2004) e Arruda (2000). É certo que a publicação sobre o referido tema nos remete para além desses teóricos, entretanto, também se reconhece aqui que em tais autores se encontra a substância que norteia outras obras. Com isso não queremos afirmar que neles se esgota o debate, mas apenas que, tendo os seus textos como referência, é possível identificar a base de sustentação das pesquisas que afirmam ser a economia solidária um caminho concreto para a transformação da sociedade, rumo ao socialismo.

No item 2, que tratará do método em Marx e da compreensão do real, apresentaremos elementos que servem para o entendimento da questão. No item 3, fazendo o uso do método de Marx, buscaremos apresentar uma interpretação do real que diverge das idéias dos autores citados e dos caminhos tidos como factíveis para a chegada a uma forma de sociabilidade socialista; por fim, serão feitas as considerações finais.

1. Argumentos a favor da Economia Solidária (ES)

O desenvolvimento de formas de organização da produção de mercadorias, que também eram/são geradoras de ocupação para os trabalhadores, hoje, classificadas como economia solidária, se fez presente no movimento cooperativista[7] iniciado pelo inglês Robert Owen no século XIX como forma de se contrapor ao capitalismo e ao seu processo de desenvolvimento, produtor de miseráveis. A sua reinvenção no terceiro quartel do século XX se dá associada a um momento de crise do capital, em que se observa elevada taxa de desemprego e queda da taxa de lucro.

Esse recente movimento de expansão das "iniciativas" de organização da produção de mercadorias pelos trabalhadores tem levado diversos teóricos a debruçarem-se sobre a questão, tirando dela algumas afirmações. É justamente sobre essas proposições/argumentações que esta parte do trabalho vai deter-se.

Verifica-se uma tendência, entre aqueles que defendem a ES, de ser esta uma forma de organização da produção que tem, pelo menos em potencial, a capacidade de ser um meio, um caminho, uma alternativa que conduza a humanidade a uma forma de

[7] Na França**,** o movimento representava uma negação ao capitalismo, sendo incentivado por Charles Fourier, Saint Simon e Lois Blanc. A doutrina, inicialmente, visou resolver os problemas sociais por meio da criação de comunidades de cooperação.

sociabilidade socialista, ou pós-capitalista.[8] Acreditam eles que a ES supera a forma tradicional da produção de mercadorias do capitalismo, implantando uma forma solidária e emancipatória.

Singer (2002, p. 10) chega a afirmar que a ES "é um outro modo de produção" dentro do modo de produção capitalista, como pode ser visto abaixo:

> A economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associativa do capital e o direito a liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. O resultado natural é a solidariedade e a igualdade, cuja reprodução, no entanto, exige mecanismos estatais de redistribuição solidária da renda.

Assim, esse outro modo de produção, que se fundamenta a partir das contradições do capitalismo, desenvolve-se com uma lógica oposta ao próprio modo de produção capitalista. A base econômica da Economia Solidária é a cooperativa de produção, prática inserida nas empresas solidárias dirigidas por uma gestão democrática (autogestão). Nessas empresas, os sócios não recebem salários. Eles decidem coletivamente se as retiradas, a que eles têm direito, devem ser iguais ou diferenciadas.

Nas empresas solidárias, a maneira como são controladas as retiradas e como é distribuído o excedente constitui um aspecto relevante, mas não tão importante quanto o objetivo principal, que está na sua origem, que é o grande interesse dos sócios em manter e reforçar a solidariedade entre eles a partir das atividades empresariais, como também em possibilitar a promoção "[...] de trabalho e renda para difundir no país (ou no mundo) um modo democrático e igualitário de organizar as atividades econômicas" (SINGER, 2002, p.16).

Mas como a ES, que atualmente estrutura-se como modo de produção intersticial dentro do capitalismo, pode organizar-se em uma forma econômica e social geral? Singer responde a essa questão, destacando três ações principais, que possibilitam o avanço e a sedimentação deste outro modo de produção, são elas: a) erguer um sistema de crédito

[8] Parece que buscar o caminho do socialismo, fundamentado em Marx e Engels, ainda é um tabu. Parece-nos, ao ler certos textos, que alguns teóricos ainda hesitam, se amedrontam em escrever e pronunciar a palavra socialismo. Nos seus escritos, costuma aparecer o termo sociedade pós-capitalista. O que seria isto? Entendemos, concordando com Mészáros (2002), que a humanidade tem dois caminhos no pós-capitalismo: socialismo ou barbárie.

cooperativo; b) incubar novos empreendimentos solidários; c) construir um sistema de geração e difusão de conhecimento (formação técnica e ideológica aos integrantes).

Essas ações, segundo Singer, dariam aos empreendimentos solidários a estrutura necessária para a competição com outras empresas capitalistas, o que poderia transformá-las de empreendimentos marginais em empreendimentos competitivos, ao alcançarem altos níveis de eficiência na produção e distribuição de mercadorias, o que, por sua vez, se apresenta como forma mais provável de crescimento da economia solidária, para que então esse outro modo de produção possa impor novas formas de sociabilidade humana não baseadas na competição, mas sim na cooperação solidária.

Enquanto organização econômica, a ES estaria organizada da seguinte forma, de acordo com Singer (2000, p.22-23):

> [...] **cooperativas de produção industrial e de serviços** dotadas de capital abundante, que empregam a melhor tecnologia e se mostram competitivas no mercado mundial [...] em seguida, **cooperativas dotadas de capital modesto**, que empregam tecnologias herdadas de empresas antecessoras, e enfrentam grandes dificuldades para se manter em alguns mercados. E, finalmente, teríamos grande número de **pequenas associações de trabalhadores marginalizados** [...] que procuram desenvolver alguma atividade produtiva mas que sobrevivem em grande medida graças a doações e ao trabalho voluntário de apoiadores externos. [...] devemos adicionar **cooperativas de trabalho**, que não tem outro capital senão a capacidade de trabalho de seus membros [...]. Integram ainda o campo da economia solidária **clubes de trocas,** formados por pequenos produtores de mercadorias [...]. E diferentes **cooperativas de consumidores**, com destaque para as de crédito, de habitação, de saúde e escolares. (grifo nosso)

Dessa forma, para Singer, as empresas/cooperativas/associações, que compõem a ES, têm como características principais: a gestão democrática; a aplicação de princípios que une todos numa classe trabalhadora; a necessidade de serem competitivas (eficiência alocativa de recursos). Para ele, a reprodução desse "modo de produção" dependente ("exige") de mecanismos estatais de distribuição solidária da renda.

Diante de tais afirmações, surgem as seguintes perguntas: pode, para além da aparência/imediatismo, a gestão ser democrática e os trabalhadores decidirem o que produzir, como e para quem? Uma vez que esse "modo de produção", antagônico ao capital, necessita de mecanismos estatais para se reproduzir, (ou não? Para os defensores da ES parece que sim), não estaria exigindo do Estado, controlado pela classe dominante e a

serviço da reprodução ampliada do capital e das relações sociais de produção capitalista, algo que não é do seu interesse por princípio ontológico?

França Filho (2001, p.13) define Economia Solidária como "[...] experiências que se apóiam sobre o desenvolvimento de atividades econômicas para a realização de objetivos sociais, concorrendo ainda para a afirmação de ideais de cidadania". Um novo relacionamento entre economia e sociedade seria desenvolvido a partir do surgimento de **uma nova forma de regulação da sociedade** não necessariamente ligada ao Estado e ao mercado, **o que fugiria da lógica hegemônica do capitalismo**. Haveria uma formação do que o autor chama de hibridação de economias, que poderia ser entendida da seguinte forma:

> [...] a possibilidade de combinação de uma economia mercantil, não-mercantil e não-monetária. Isso porque, nessas iniciativas de economia solidária, em geral existem ao mesmo tempo: venda de um produto ou prestação de um serviço (recurso mercantil); subsídios públicos oriundos do reconhecimento da natureza de utilidade social da ação organizacional (recurso não-mercantil); e trabalho voluntário (recurso não-monetário) (FRANÇA FILHO, 2001, p.13)

Dentro da lógica de desenvolvimento das iniciativas de economia solidária, um traço característico, ainda segundo o autor, é a construção conjunta da oferta e da demanda, ou seja, a produção de mercadorias e serviços vincula-se às necessidades das populações, e não à obediência à lógica de rentabilidade do capital investido na ação.

Assim como afirmou Singer (2002), França Filho (2001) também localiza o surgimento da ES no contexto de falência dos mecanismos de regulação econômico-política da sociedade atual, em um contexto de crise do trabalho (limite da sociedade salarial).

Campregher é outra autora que merece destaque na discussão sobre a construção de um projeto de sociedade alternativa ao capitalismo. Ela tem apresentado suas idéias acerca da ES em encontros como o XXXII Encontro Nacional de Economia da Associação Nacional de Pós-Graduação em Economia (ANPEC) e IX Encontro Nacional de Economia Política.

Campregher[9] (2004, p.147) discorda de Singer (2002), no que se refere à afirmação de que a ES é um outro "modo de produção", e amplia o conceito sobre ES, como pode ser visto no trecho que segue:

> [...] toda e qualquer experiência de produção ou trabalho onde a mediação, a contratação, a organização e a percepção dos resultados deste não seja feitas exclusivamente pelo agente capitalista, pautado, por sua vez, na lógica da acumulação da unidade de capital individual (a empresa). Ou seja, dá-se em algumas das fases do processo uma auto-organização dos trabalhadores e uma definição dos meios que transcendem a lógica mercantil especificamente capitalista. (CAMPREGHER, 2004, p.147).

Observa-se que na definição de Campregher, o capitalista pode estar incluído no processo. Ora, se assim é e a economia é solidária, logo podemos afirmar que esse agente capitalista aí incluído é o "bom" capitalista. Doravante, é esta a pergunta que surge: conforme o nosso conhecimento sobre a dinâmica capitalista, sempre de acordo com Marx, qual a possibilidade de o agente capitalista fugir da lógica da acumulação de capital? Acreditamos que, por definição, não há possibilidade alguma, uma vez que o agente capitalista só é capitalista em uma relação social de produção na qual ele possa assegurar a valorização do valor e se apropriar do trabalho excedente.

O capitalista é o possuidor do dinheiro que é valorizado, sendo esta valorização do valor um processo objetivo em que os trabalhadores são os responsáveis pela geração do mais-valor. Assim, é a objetividade do processo de valorização do valor que é essencial à compreensão da questão, e não os motivos subjetivos do lucro.

Para a autora, a transcendência ocorre em função dos "ganhos tecnológicos", os quais permitirão ganhos produtivos, **tornando competitiva a pequena produção** (com qualidade, agilidade e produtividade) e com isso promovendo a melhor repartição dos frutos adquiridos. "Assim, eles podem transcender os mercados de início dirigidos a eles" (CAMPREGHER, 2004, p.148).

---

[9] Afirma Campregher (2004): "Assim o nosso conceito de ES se parece muito com o de Singer: 'De uma forma geral, é possível e necessário encontrar formas de quebrar o isolamento da pequena e microemepresa e oferecer-lhes possibilidade de cooperação e intercâmbio, que aumentem as suas probabilidades de êxito. O nome genérico que damos a esta nova forma de organização econômica é economia solidária. A idéia básica é, mediante a solidariedade entre produtores autônomos de todos os tamanhos e tipos, assegurar a cada um mercado para seus produtos e uma variedade de economias externas, de financiamento a orientação técnica, legal, contábil, etc." (CAMPREGHER, 2004, p. 156).

Parece que, estando a ES à imagem e semelhança das empresas capitalistas, elas conseguirão transcender a empresa capitalista tradicional. Tais empresas só conseguem competir com as capitalistas, adotando boa parte das estratégias e da tecnologia próprias das empresas "egoístas", logo, continuidade da exploração do trabalho, reprodução da alienação e acumulação de capital nos moldes capitalistas. Imediatamente, após essas colocações, surge a pergunta: em que consiste a solidariedade das empresas da ES? Como superar a lógica de produção capitalista, quando se está no interior do sistema, precisando concorrer com as suas empresas, as quais buscam reduzir os custos via ganhos de produtividade do trabalho, ganhos estes apropriados pelo capital?

Quaisquer empresas, sejam solidárias ou egoístas, uma vez no mercado capitalista, buscam ganhar mercado e superar as concorrentes, sendo a apropriação do trabalho alheio e a acumulação do mais-valor produzido pelo trabalhador mecanismos e imperativos para o bom desenvolvimento dessas empresas. A exploração do trabalho e a acumulação de capital são a essência desse modo de produção. E é exatamente nesse modo de produzir que se encontra a economia solidária.

Campregher também defende a "Construção de um novo trabalhador coletivo no lugar do extinto exército fabril" (2004, p.150). Esse novo trabalhador nos parece, de acordo com os escritos da autora, negar a existência do antagonismo de classes (capital *versus* trabalho). Com a nova gestão da produção, digo, a autogestão no âmbito da ES, dissolvem-se as contradições de classe. Na nossa compreensão, isso ocorre apenas na aparência, como tem sido apreendido mediante observação do fenômeno no campo da ES.

2. Desmistificando a Economia Solidária

A ES tem se apresentado no debate contemporâneo como uma forma de construção do socialismo. As discussões em torno da questão têm crescido, como também têm aumentado as publicações científicas que apontam a ES como uma alternativa plausível que levará a sociedade ao socialismo ou ao "pós-capitalismo".

O momento é oportuno para a discussão, pois se observa o avanço do capital sobre o trabalho em várias frentes, por exemplo: a retirada dos direitos trabalhistas, conquistados pelos trabalhadores por meio de muitas lutas; a desolação da classe trabalhadora em um

momento em que o desemprego cresce em todo mundo, passando de 1 (um) bilhão de desempregados no planeta. No campo da economia real, ao considerar o volume de negócios "[...] das 200 principais empresas do planeta, seu montante representa mais de 25% da atividade econômica mundial; e [...] empregam apenas 18,8 milhões de assalariados, ou seja, menos de 0,75% da mão de obra planetária [...]" (RAMONET, 1998, p. 59).

Nesse ínterim, surge a pergunta: será possível transformar a sociedade capitalista, por meio da aplicação/desenvolvimento das empresas/cooperativas/negócios/trabalhos solidários, em uma sociedade socialista? Estando a ES subordinada à lógica de produção capitalista, seria ela capaz de revolucionar o modo de produção? Se se der resposta positiva a esta última pergunta, então resta afirmar que a revolução socialista não cabe mais ao trabalhador (considerando trabalho aqui no sentido ontológico). Se a resposta for negativa, por que então a ES surge com tanta força, apoiada pelos governos, sindicatos e intelectuais do mais alto gabarito e pela população?

As respostas às questões do parágrafo anterior, espera-se, serão dadas ao longo deste item e do subseqüente. Nesse estágio de desenvolvimento da argumentação, o que se pode dizer é que diante do cenário social, econômico e político em que se encontra a sociedade do capital, a ES aparece como uma alternativa viável para fazer frente ao processo de produção de desempregados. A ES apresenta-se para a sociedade capitalista como uma alternativa de geração de ocupação e renda para excluídos, produzindo a esperança de que há a possibilidade de, no capitalismo, se conseguir uma forma digna de assegurar a sobrevivência, "libertando[10]" o trabalhador da condição de empregado para a condição de patrão.

Saindo da esfera da aparência, sem com isso desconsiderá-la, e tentando entender o fenômeno, recorrente, da ES na sua totalidade, é possível afirmar que ela passa a ser importante para a sobrevivência desta sociedade e, principalmente, para a classe capitalista mais do que para a classe trabalhadora. Em se considerando verdadeira a afirmação anterior, a ES é funcional e necessária para a manutenção do modo de produção capitalista.

[10] Como é interessante a retórica dos defensores do capitalismo: na gênese desse modo de produção o discurso era de criação de trabalhadores "livres", agora é a de trabalhadores autônomos, "são eles os próprios patrões". E toda essa liberdade no mundo capitalista. Como é fantástico o capitalismo!

O presente trabalho parte do pressuposto de que não é a justeza e as boas intenções das "novas" idéias, no caso, da ES, que darão a vitória à classe trabalhadora, ou que erguerão um patamar superior de sociabilidade, mas as transformações concretas no modo de produção capitalista, que se darão com a instauração de um novo modo de produção e não apenas com mudanças fenomênicas subordinadas à lógica capitalista. Entende-se aqui que a ES só tem mudado a aparência das relações capital-trabalho, sem interferir na lógica do sistema; considera-se também que ela não é o motor que levará à construção do socialismo.

Para defender os argumentos supracitados, será necessário fazer um resgate do pensamento de Marx. Para tanto, é necessário considerar (ou devolver) a radical historicidade do método materialista-histórico-dialético e dar o devido lugar ao par objetividade/subjetividade na compreensão do real, fazendo ciência com o objetivo de obter um conhecimento da realidade social capaz de orientar a sua transformação radical, mudando pela raiz a sociabilidade vigente.

A radicalidade histórica se dá indo à raiz. Qual é a raiz da sociedade moderna em que se manifesta a ES? A sociedade capitalista. E qual a raiz dessa sociedade? Qual a gênese e como se dá o desenvolvimento dela? Respondendo a essas questões, chega-se à lógica de funcionamento do capitalismo na sua totalidade.

No caso em análise, o fenômeno inserido na sociedade capitalista é a economia solidária. Partindo então do empírico da ES (os números dos empreendimentos solidários, da forma jurídica das relações de trabalho, enfim, das aparências da ES apreendidas na empiricidade), observa-se uma forma de organização da produção e do trabalho com princípios e práticas mais próximos de uma sociedade socialista do que da sociedade capitalista. Mas, como dizia Marx, o empírico é parte do todo, mas não é o todo. Ele pode ser inclusive o inverso da essência[11], nele pode-se encontrar o real mistificado pela própria objetividade.

Tudo aparece na ES como sendo uma relação entre cooperados, uma relação social de produção/comercialização/distribuição solidária. Isso em nível fenomênico. E no nível ontológico, o que ocorre com os trabalhadores e com as empresas/cooperativas da ES? Indo à raiz da questão, à essencialidade ontológica, constata-se que a lógica de funcionamento

[11] Essência aqui não tem o caráter de imutabilidade...

do modo de produção no qual estas empresas da ES estão inseridas encontra-se subordinada à lógica de produção capitalista, à lógica de circulação capitalista, em que o trabalho é explorado e gerador da riqueza da qual a classe burguesa se apropria, via mercado, via sistema financeiro, produção de mercadorias consumidas pela ES, apropriação da riqueza pública gerida pelo Estado, etc.

No entanto, o modo de produção da riqueza material e de apropriação privada da riqueza socialmente produzida encontra-se em crise e, para sair dessa crise, precisa promover uma reestruturação. O que é subjacente ao e causa do desenvolvimento da economia solidária é a crise do capital e a dinâmica que exclui os trabalhadores e que impõe a estes o princípio da solidariedade sem, contudo, assegurar-lhes a base material para tal feito. Ou seja, a solidariedade passa a ser uma necessidade racional sem a base material para realizá-la. Dessa forma, o querer, o desejo de ser solidário, faz do homem um ser solidário. A subjetividade determina a objetividade. Para Marx é o inverso, a objetividade implica uma regência objetiva sobre a subjetividade. O que passa a ser partilhado na ES é o sofrimento provocado pelo trabalho estranhado, com jornadas muitas das vezes iguais ou maiores que nas empresas "egoístas".

Estando a subjetividade subordinada à objetividade, e sendo o espírito humano produto das relações sociais do homem, em consonância com o momento histórico, pergunta-se: como a solidariedade vai se cristalizar nas relações sociais de produção sem que haja uma base material para isso? Apenas o desejo de ser solidário fará do homem da ES solidário? Será que apenas a necessidade, o desejo e a consciência de que os nossos alunos de graduação têm de estudar vai fazer/permitir que eles estudem? Um aluno que trabalha 44 horas por semana, 8 horas por dia em se considerando que ele gasta em média no transporte 2 horas a cada dia, poderá ele, só com a vontade, ser um grande estudioso e ter um bom desenvolvimento intelectual? Pode ser que ocorram casos esporádicos, mas, de um modo geral, a tendência é que estes sejam alunos medianos. Como então ser solidário, ser estudioso, se não se tem a base material para isso?

O homem não nasce egoísta ou solidário. Ele vai tornar-se solidário ou egoísta em função da realidade social. É possível afirmar isto por meio da radical historicidade do homem. Nesse sentido, afirma Tonet (2003, p.14): "Marx descobre que o trabalho é o fundamento ontológico do ser social [...] a raiz do homem é o próprio homem e o ato que

funda o homem, o ato ontológico primário, é o ato do trabalho". Por meio do trabalho, vamos ter o ser social e a estruturação da realidade social. "Disso decorre que tudo que o homem é, inclusive sua natureza mais essencial, é resultado das atividades humanas. Não existe, pois, como afirmam outras correntes do pensamento e, em especial, o liberalismo, um núcleo imutável constituído pelo caráter egoísta ou solidário". (TONET, 2003, p.4).

Não estariam os defensores da economia solidária, ou pelo menos parte deles, querendo que primeiro se estabeleça a solidariedade e depois e a partir dela se dê a transformação da realidade social, do modo de produção? Não seria o inverso? Realidade material permitindo o desenvolvimento da solidariedade? Contudo, a subordinação e a determinação da objetividade a partir da subjetividade estão presentes nos textos que têm analisado positivamente a economia solidária.

Veja o que diz Arruda e Quintela (2000, p.137),

> [...] A economia a partir do coração é aquela que segue o caminho da 'cooperatividade' em vez da competitividade, da eficiência sistêmica em vez da eficiência individual, do 'um por todos, todos por um', em vez do cada um por si e Deus por mim'. E esta economia já existe. Ela tem como centro o coração, cuja energia é o amor. Trata-se então de uma economia amorosa, que pressupõe seres amorosos.

Campregher (2004), também, em uma perspectiva subjetivista, afirma que os empreendimentos que se estruturam em redes de cooperação podem ser solidários "[...] entre si e com o meio ambiente (natural e social), uma vez que **precisam ser solidários** com o território onde estão enraizados [...] **Essa solidariedade é mais eficiente** para o enfrentamento da acumulação capitalista". (grifo nosso).

Para os autores citados, dada a realidade, os empreendimentos, os empreendedores/trabalhadores necessitam ser solidários, a consciência deles vai determinar a construção da realidade, negando as condições objetivas de existência dos empreendimentos, dos trabalhadores. Por força do amor e da razão é possível mudar a lógica de produção destrutiva do capital, a lógica da acumulação, a lógica de valorização do valor. Mesmo ciente da existência da concorrência capitalista, Campregher, ao fazer a análise da lógica de funcionamento da ES no mundo capitalista, abstrai as implicações dessa concorrência capitalista na esfera da ES. A concorrência e a lógica de funcionamento do real que impõem a forma como esses empreendimentos vão manter-se no mercado são

abstraídas ao se investigar a dinâmica do Mercado em que estão inseridos os empreendimentos solidários.

Com relação às cooperativas, Rosa de Luxemburgo critica o socialismo de Bernstein, que tinha como um dos pilares as cooperativas. Os argumentos utilizados por ela, ajudam, ainda hoje, a esclarecer a questão. Veja o que ela afirma:

> Quanto às cooperativas, e antes de tudo são cooperativas de produção, são elas pela sua essência um ser híbrido dentro da economia capitalista: a pequena produção socializada dentro de uma troca capitalista. Mas, na economia capitalista, **a troca domina a produção**, fazendo da exploração impiedosa, isto é, **da completa dominação do processo de produção pelos interesses do capital,** em face da concorrência, uma condição de existência da empresa [...] em suma, de praticar todos os métodos muito conhecidos que permitem a uma empresa capitalista enfrentar a concorrência das outras [...] Resulta daí [...] verem-se os operários na necessidade contraditória de governar-se a si mesmo com todo o absolutismo necessário e desempenhar entre eles mesmos o papel de patrão capitalista. É desta contradição que nasce a cooperativa de produção, quer pela volta à empresa capitalista, quer, no caso de serem mais fortes os interesses dos operários, pela dissolução (LUXEMBURGO, 2003, p. 80-81, grifo nosso).

No caso das cooperativas, nos dias atuais, verifica-se um processo de cooptação, pelo sistema capitalista, do trabalho dos cooperados. O período recente de expansão das cooperativas deve-se não ao fato de que estas se contrapõem em idéia, ou por princípios cooperativistas, à organização da produção nos *moldes* capitalistas, mas, sim, de que as cooperativas mostram-se funcionais para o capital. Além disso, constata-se que, em alguns tipos de cooperativas, o processo de trabalho demonstra ser facilmente subsumido[12] pelo capital.

Com relação à gestão democrática no âmbito das cooperativas, verifica-se que até essa característica encontra-se mistificada, uma vez que ela produz os bens para os quais existem demanda no mercado, subordinando o valor de uso das coisas ao seu valor de troca, e para aqueles que podem comprar as suas mercadorias; o como produzir, certamente está subordinado a forma como as demais empresas do mercado produzem (lei feroz da

[12] Diz-se subsunção do trabalho ao capital, porque este termo indica a relação entre trabalho e capital em que a força de trabalho encontra-se submetida de forma específica ao capital, "subsunção expressa, esta submissão específica com maior precisão. Trata-se da geração de uma situação social, na qual a força de trabalho vem a ser, ela mesma incluída e como que transformada em capital: o trabalho constitui o capital" (GALVAN, 1989, p. 90).

concorrência – intensificação do trabalho, longas jornadas de trabalho etc), uma vez que as empresas solidárias "precisam ser competitivas".

Ainda com relação à gestão democrática, no que se refere à decisão sobre as retiradas, caso pretenda a empresa ser competitiva, no mercado capitalista, as decisões são apenas formais e aparentes, pois o *quantum* do capital que deve ser reinvestido no negócio é um imperativo do mercado. Se resolverem se apropriar de imediato do resultado e o retirarem no seu total, essa empresa não fará reinversão e, não o fazendo, será rapidamente suplantada pelas concorrentes. As reinversões devem estar em consonância com a média do mercado.

Com isso, é possível afirmar que a autogestão se dá na forma, no plano, jamais na realidade. E quanto à vida desses trabalhadores, ela não é autodeterminada dentro da produção, no ato de trabalho, uma vez que eles se encontram subordinados ao processo de valorização do capital, tampouco essa autodeterminação ocorre fora do trabalho.

Assim, o que se verifica é que, para a ES expandir-se e firmar-se como um novo "modo de produção", ela precisa de elementos que só são realizáveis no plano das idéias (idealismo), da razão, e não na objetividade, na essência ontológica que dá a lógica real ao funcionamento do sistema capitalista.

3. Caminhos e descaminhos para o socialismo

Na virada do século XIX para o século XX, o fenômeno das cooperativas foi analisado por Luxemburgo (2003). Na época, ela afirmou que este não representa um caminho para a construção de uma sociedade socialista, como se pode perceber abaixo:

> [...] ou a transformação socialista é, como em geral se admitia até agora, conseqüência das contradições internas do regime capitalista [...] resultando daí que o desmoronamento, de uma forma ou de outra, é inevitável, num momento dado, e nesse caso os meios de adaptação são ineficazes [...] Ou então os "meios de adaptação" são realmente de natureza de impedir um desmoronamento do sistema capitalista [...] portanto de suprimir as suas contradições (LUXEMBURGO, 2003, p. 26-27).

As cooperativas, na tese de Bernstein, apresentavam-se na época, como um dos elementos que conduziriam ao socialismo. Hoje, a cooperativa, dentro do que se chama de

ES, é o fator que levará possivelmente ao socialismo. Verifica-se, entre os defensores da ES, a ausência do conceito de luta de classes, processo de construção do socialismo, passando, assim, a ES, a ser o elemento central da transformação.

Será que a ES conseguiria penetrar em grandes ramos da produção, na esfera da economia que Braudel classifica como *andar de cima*?

Braudel (1986) chama a atenção para a necessidade de se fazer a distinção entre capitalismo e economia de mercado. Para ele:

> [...] o capitalismo decorre, em absoluto, das actividades econômicas de cúpula ou que tendem para a cúpula. E, conseqüentemente, este capitalismo de grande fôlego paira sobre uma dupla camada subjacente, constituída pela vida material e pela economia corrente de mercado, e representa uma faixa de lucro elevado (1986, p.116).

De acordo com este autor, o capitalismo afasta-se de um sistema perfeito, que abarcaria toda a sociedade em atividade. Ele aponta para um sistema *tripartido,* que se divide da seguinte forma*:* primeiro*, o rés-do-chão,* que se caracteriza pelo autoconsumo, são oficinas artesanais, dentre outros, que não são computados na contabilidade social; segundo, *o andar intermediário,* onde se dá a lei feroz da concorrência; no *último andar*, encontra-se a cúpula[13], os monopólios e oligopólios. Afirma ele: "[...] é na cúpula da sociedade que o primeiro capitalismo se manifesta, que afirma a sua força e se revela aos nossos olhos" (BRAUDEL,1986, p. 68). Ou seja, é no andar de cima que o poder político se encontra com o dinheiro (grandes capitalistas). Aí o "fantasma" da livre concorrência se afasta e os lucros podem superar a média.

O que se verifica, como regra geral, é que a ES tem estado presente no *rés-do-chão* e no *andar intermediário*, onde não estão os grandes capitais, que "controlam" os Estados nacionais e formulam políticas e guerras em benefício próprio. Assim, ao fazer isto, o grande capital está determinando o espaço e a lógica de produção da ES. Ademais, eles determinam, também, quanto os governos poderão destinar de suas receitas a esta esfera da economia[14].

---

[13] No que se refere à cúpula do sistema, ele chama a atenção para o fato de que não é o único que tem essa opinião, citando Lênin, em seu conhecido livro *Imperialismo, fase superior do capitalismo*, que afirma: "O capitalismo é a produção mercantil no seu mais alto grau de desenvolvimento; dezenas de milhares de grandes empresas são tudo, enquanto milhões de pequenas empresas nada são" (BRAUDEL, 1986, p.116).

[14] Via lei de responsabilidade fiscal, pagamentos de juros da dívida pública e acordos com personificações do grande capital como, por exemplo, o FMI.

A tese de Braudel (1986) entra em conformidade com a de Luxemburgo (2003) e com o que ocorre com a ES na virada do século XX para o XXI. Segundo ela:

> As cooperativas de produção têm de limitar-se, na melhor das hipóteses, a um pequeno mercado local e a reduzido número de produtos de necessidade imediata, de preferência de produtos alimentícios. Todos os ramos mais importantes da produção capitalista: indústria têxtil, mineira, metalúrgica, petrolífera, como a indústria de construção de máquinas, locomotivas e navios, estão de antemão excluídos da cooperativa de consumo e, por conseguinte, das cooperativas de produção. (LUXEMBURGO, 2003, p. 82).

Salvo raras exceções, as teses desses teóricos se confirmam no presente estágio de desenvolvimento do capitalismo. Com isso, não se está afirmando que o processo atual de avanço das cooperativas repete o do século XIX. Entende-se aqui que o fenômeno em análise tornou-se mais complexo, como mais complexa também se encontra a sociedade do capital.

O *véu nebuloso* que encobre a produção e a apropriação da mais-valia pelos capitalistas está ainda mais escuro e denso na fase de acumulação flexível. Verifica-se a expansão do trabalhador independente, da produção domiciliar, dos terceirizados, das cooperativas articuladas (por meio de contratos) com as empresas capitalistas. Essa articulação do novo trabalhador com a empresa capitalista resulta em uma relação em que os trabalhadores autônomos vendem "mercadorias" aos seus clientes — a empresa capitalista. Com essa nova forma de produção de mercadorias, os sindicatos perdem espaço, a luta de classes passa para segundo plano, na melhor das hipóteses, e a recomposição da taxa média de lucro derruba mais um obstáculo.

Com isso, a afirmação feita no item 2 (p. 9, último parágrafo) pode ser melhor compreendida. A ES é então mais importante para a classe capitalista do que para a classe dos trabalhadores, pois, se por um lado, ela serve para prolongar a existência do capitalismo e conservar as relações de produção que têm como base a exploração do trabalho alheio, por outro, ela anula a luta de classes (capital *versus* trabalho), motor da história, e torna o horizonte revolucionário mais distante. Dessa forma, a ES tem a função de atrasar o processo revolucionário pelo seguinte motivo: ela distorce o real, fazendo crer que a

construção do socialismo vai se dar por uma classe de transição que não tem fundamentos ontológicos para desencadear a revolução.

O fundamento ontológico é encontrado na classe dos trabalhadores (a classe que produz a riqueza material fundamental para a existência da humanidade). Ela surge com os trabalhadores "livres", que só têm a força de trabalho para assegurar a vida. Ao entrar nesse mercado, vendendo a força de trabalho, o trabalhador tem uma parte do produto do seu trabalho subtraído pelos capitalistas. Nesse processo de produção, a força de trabalho é transformada em mercadoria *e tudo mais que ele tocar vira mercadoria*. O trabalhador é subsumido pelo capital. Ele passa a existir em função do capital, sendo dessa forma desumanizado. Para que os trabalhadores se realizem enquanto seres humanos, precisam transformar radicalmente essa realidade, revolucionar o modo de produção.

Acabando com a exploração, com a propriedade privada com base no trabalho alheio, com a lógica da produção de mercadorias e do trabalho alienado, será possível sair da "pré-história da humanidade" e, a partir daí, desenvolver todo potencial humano, passando da lógica da valorização do valor à lógica da realização do humano. Esses objetivos, pois, não se restringem apenas a uma classe, mas a toda a humanidade, portanto, o objetivo da classe dos trabalhadores é universal.

As classes de transição poderão se juntar à classe trabalhadora, mas dificilmente desencadearão o processo revolucionário, pois elas também se apropriam da riqueza material produzida pela classe proletária. Por isso, para por um fim à exploração do trabalho e concretizar a emancipação humana, o proletariado precisa revolucionar a ordem em proveito de toda a humanidade.

Para a construção do socialismo, é preciso primeiro compreender que o trabalho é o ato fundante do ser social. Por meio do trabalho, o homem constrói a realidade e se constrói. Logo, o homem tem a capacidade de superar a sua realidade atual e construir o socialismo: esta é uma possibilidade concreta.

Para tanto, faz-se necessário transformar radicalmente o modo de produção. Mas como fazer isso? Consoante Tonet, "Três condições são necessárias para uma transformação revolucionária da sociedade: uma teoria revolucionária, um sujeito revolucionário e uma situação revolucionária" (TONET, 2002, p.26).

Com relação à primeira condição, há a teoria marxista, que permite compreender ser o homem capaz de construir a sua realidade e se construir, e que mostra, também, as contradições do capitalismo e a sua forma cruel de existir; no que se refere ao sujeito revolucionário, ele já existe e pertence à classe dos trabalhadores (ele não é o novo trabalhador coletivo da ES); já a terceira, a situação revolucionária[15], é mais enigmática e só com uma boa teoria, além de sintonia com o que está ocorrendo no mundo, será possível verificar este momento.

Considerações finais

De acordo com o ponto de vista apresentado nesse trabalho, a ES não contém na "sua lógica" de funcionamento os elementos que são capazes de levar a sociedade ao socialismo. Isso se deve às seguintes razões: primeiro, a "sua lógica" é subordinada à base da sociedade produtora de mercadorias (sociedade capitalista); segundo, sendo os agentes da economia solidária "pequenos proprietários", "independentes" e autônomos (pelo menos na aparência), eles não trazem o germe revolucionário, o desejo de pôr fim à exploração do trabalho, de forma radical.

Se os agentes da ES fossem revolucionários, a revolução socialista deixaria de ser uma necessidade objetiva e histórica, que deseje finalizar a exploração dos homens pelos homens e romper com a lógica da valorização do valor, e passaria a ser apenas um plano ideal de sociabilidade a ser atingido.

A classe revolucionária central é a classe trabalhadora. Ela, para sair da situação em que se encontra, só tem um caminho a seguir: a transformação radical da realidade que a oprime. Para tanto, deverá ela lutar pelo fim de uma realidade que expropria sua riqueza, material e espiritual, e coisifica as suas relações com o resto da sociedade, construindo, assim, as bases para uma forma de sociabilidade humanamente superior.

[15] A obra de Arcary (2004) trata da questão sobre a situação revolucionária. No capítulo VI, ele trata das cinco vagas revolucionárias do século XX. Diz ele: "Assistimos agora, possivelmente, ao início da sexta vaga da revolução mundial, a primeira que tem um epicentro na América Latina" (p. 137).

Referências

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?:** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho.7. ed . Campinas, SP: Cortez, 2000.

ARCARY, V. **As esquinas perigosas da história:** situações revolucionárias em perspectiva marxista. São Paulo: Xamã, 2004.

ARRUDA, M.; QUINTELA, S. Economia a partir do coração. In. SINGER, P.; SOUZA, A. R. (org). **A economia solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000. p.317-332

AUED, I. **Dois dedos de prosa com Karl Marx sobre o capital.** Florianópolis: Dept. Ciências Econômicas – UFSC, s/d.

BRAUDEL, F. **A dinâmica do capitalismo.** 2. Ed. Lisboa: Teorema, 1986.

CAMPREGHER, G. Das novas possibilidades do trabalho coletivo**. In:** ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA POLÍTICA. 9, 2004, Uberlândia. **Anais...** Uberlândia, UFU, jun. 2004. 1 CD-Rom.

_____. Das novas possibilidades do trabalho coletivo. In.: XXXII ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA (ANPEC). **Anais...** João Pessoa, dez . 2004. Disponível em <www.anpec.org.br>

CASTELLS, Manuel. **A teoria marxista das crises econômicas e as transformações do capitalismo.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FRANÇA FILHO, G. C. Terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular: traçando fronteiras conceituais. **Bahia análises & dados**. Salvador , v.12, n.1, p.09-19.

GALVAN, C.G. **Capital-tecnologia & questionamentos.** João Pessoa: Shorin, 1989.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna.** 7 ed. São Paulo: Loyola, 1998.

KRAYCHETE, Gabriel. **Economia dos Setores Populares:** Entre a Realidade e a Utopia. Salvador: Texto apresentado no Seminário Economia dos Setores Populares, UCSAL, nov. 1999.

LÊNIN, V. I. **O imperialismo, fase superior do capitalismo**. In: Obras escolhidas, vol. 1, Alfa-Omega, São Paulo, 1979.

LESBAUPIN, I.; MINEIRO, A. **O desmonte da nação em dados.** Petrópolis: Vozes, 2002.

LESSA, S. **O mundo dos homens**: trabalho e ser social. São Paulo: Boitempo, 2002.

LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma ou revolução?** São Paulo: Expressão popular, 2003.

MALAGUTI, Manoel Luiz. **Crítica à razão informal**: a imaterialidade do salariado. São Paulo: Boitempo; Vitória: EDUFES, 2001.

_____. Pequena Empresa e Cidadania. Vitória: **Revista Interface**, UFES/Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, ano 1, pp. 27-33, 1996.

MARX, Karl. **O Capital .** São Paulo: Nova Cultural, 1996. Livro I, vols. 1 e 2. (Coleção Os economistas).

_____. _____. Livro III, Vols. 4, 5 e 6. Trad. de Reginaldo Sant'anna, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, s/d.

_____. **Salário, preço e lucro.** São Paulo, Abril Cultural, 1978.

_____. **Capítulo VI (Inédito) de O capital:** resultados do processo de produção imediata. São Paulo: Moraes, 1975.

_____. **Formações econômicas pré-capitalistas.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975. (Coleção pensamento crítico).

MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. 0 Manifesto Comunista (1848). In; REIS FILHO, Daniel Aarão (org.) et all. **O Manifesto Manifesto Comunista 150 anos depois:** Karl Marx, Friedrich Engels. Rio de Janeiro: Contraponto, São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital.** São Paulo: Boitempo, 2002.

RAMONET, I. **Geopolítica do Caos.** Petrópolis: Vozes, 1998.

SINGER. P. **Introdução à economia Solidária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

SINGER, Paul. Economia Solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, P.; SOUZA, A. R. (org). **A economia solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.

SOARES, M.A.T.; COSTA, A. B. Globalização: expansão de mercados enquanto necessidade intrínseca do desenvolvimento capitalista**. In: Cadernos Cemarx.** Campinas, n.1, 2004.

SOARES. M. A. T. Trabalho informal: da funcionalidade à subsunção formal ao capital. **In: IX Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Política**. Uberlândia, jun. 2004. 1 CD-Rom. Disponível em <www.sep.org.br>

TAVARES, M. A. **Os fios (in)visíveis da produção:** informalidade e precarização do trabalho. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. Trabalho informal: os fios (in)visíveis da exploração capitalista. **Revista Outubro**, n. 7, Instituto de Estudos Socialistas, 2°. Semestre de 2002.

TONET, I. **Sobre o socialismo.** Curitiba: HD, 2002.

_____. Marxismo para o século XXI. **In: 3° Colóquio Marx & Engels,** Campinas, Nov. de 2003.

XAVIER, Jurandir Antônio. **Economia política das crises.** Apresentado no I Congresso de Pós-Graduação em História Econômica, Departamento d História, FFLCH, USP, 2000.